

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

AGROENERGIA IVAÍ S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei n° 6.404, de 1976, e complementarmente pela Lei n° 10.406, de 2002, alterações posteriores, além das demais legislações aplicáveis, fundada em 30 de outubro de 2019, com sede na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, tributada pelo Lucro Real, atua como produtora rural pessoa jurídica e tem como principais operações o cultivo de cana-de-açúcar, a comercialização de sementes e mudas, o plantio de eucalipto, a prestação de serviços de apoio à agricultura além do comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b - Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e instrumentos financeiros, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

c - Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de

maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b - Instrumentos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

3.3 - Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor de custo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo custo de aquisição.

Os passivos financeiros da Empresa, que são reconhecidos a valor de custo, incluem fornecedores, empréstimos, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, empréstimos, adiantamentos e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4 - Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com clientes e outras obrigações.

3.5 – Estoques de ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem as lavouras de cana de açúcar, pinus, e eucaliptos foram mensurados pelo custo de produção, considerando as atividades de preparo do solo, plantio e cultivo dessas culturas.

3.6 - Investimentos

Os investimentos permanentes são representados unicamente por participação não relevante no capital social de outras empresas, sendo avaliada ao custo de aquisição.

3.7 - Ativos mantidos para venda

São classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Para a Empresa, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra por possuir mercado ativo. Ativos mantidos para venda e passivos associados são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

3.8 – Imobilizado, Ativo Biológico e Arrendamento Mercantil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Empresa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado

(apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

Depreciação e Exaustão

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na taxa fiscal. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

3.9 - Intangível

Softwares

Inclui o direito de uso de softwares, capitalizados com base no custo incorrido e amortizados de acordo com sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos

3.10 - Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.11 - Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.12 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Empresa e seus assessores jurídicos:

- **Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”),

geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- **Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.13 - Benefícios a empregados

As obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que os serviços correspondentes são prestados pelos empregados. Estes benefícios englobam salários, férias, 13º salário, e outras obrigações que se referem a um período de curto prazo, geralmente dentro do período de 12 meses após o término do período de referência.

O passivo relacionado a esses benefícios é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em decorrência de serviços prestados pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.14 - Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Empresa adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

3.15 - Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, ajustes a valor presente, descontos concedidos e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

3.16 - Imposto de Renda e Contribuição Social

Observando a legislação específica o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.17 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estiveram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a empresa ainda não determinou se haverá impactos nas demonstrações contábeis, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados

itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos conta movimento	58.374	3.089
	58.374	3.089

As aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 05 – ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2025	2024
Adiantamentos a empregados	3.083	1.254
	3.083	1.254

Refere-se exclusivamente a valores pagos antecipadamente a título de Adiantamento de Férias, concedidos aos colaboradores antes do gozo do respectivo período de descanso.

NOTA 06 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	9.370.594	8.409.882
	9.370.594	8.409.882

NOTA 07 – ESTOQUES

	2025	2024
Cana Soca	12.089.011	13.821.883
	12.089.011	13.821.883

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Participações em sociedades cooperativas	25.788	25.788
	<u>25.788</u>	<u>25.788</u>

NOTA 09 – ATIVO BIOLÓGICO

Conta	<u>2025</u>			<u>2024</u>	
	Vlr. Original	Aquisições / Baixas	Depreciação / Exaustão	Vlr. Líquido	Vlr. Líquido
Lavoura de Cana	64.032.663	7.958.019	(80.112)	71.910.570	64.032.663
Lavoura de Pinus	339.314	-	-	339.314	339.314
Lavoura de Eucalipto	2.230.430	-	(532.092)	1.698.338	2.230.430
Lavoura de Cana - Arrendada	247.750	-		247.750	247.750
(-) Depreciação Acumulada - Arrendamento	(148.653)	-	(49.551)	(198.204)	(148.653)
(-) AVP - Arrendamento	(20.582)	10.291	-	(10.291)	(20.582)
(-) Exaustão Acumulada	(42.823.429)	-	(7.596.441)	(50.419.869)	(42.823.429)
	<u>23.857.494</u>	<u>7.968.310</u>	<u>(8.258.196)</u>	<u>23.567.608</u>	<u>23.857.494</u>

NOTA 10 – ATIVO IMOBILIZADO

Conta	<u>2025</u>			<u>2024</u>	
	Vlr. Original	Aquisições / Baixas	Depreciação / Exaustão	Vlr. Líquido	Vlr. Líquido
Terreno	-	1.999.999	-	1.999.999	-
TOTAL	-	<u>1.999.999</u>	-	<u>1.999.999</u>	-

NOTA 11 – FORNECEDORES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores de materiais e insumos	21.915.380	23.277.984
Fornecedores de Cana e Muda	6.257.799	6.708.029
TOTAL	<u>28.173.179</u>	<u>29.986.013</u>

NOTA 12 – ADIANTAMENTOS

	2025	2024
Adiantamentos de Clientes	16.675.986	9.967.338
Adiantamentos de Fornecedores	2.302.832	-
TOTAL	18.978.818	9.967.338

A conta de Adiantamentos refere-se a valores recebidos antecipadamente de clientes. No exercício de 2025, houve elevação desse saldo em razão do início da nova operação de venda de eucalipto pela entidade.

NOTA 13 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Funrural a recolher	16.206	78
PIS a recolher	2.310	-
COFINS a recolher	10.640	-
IRRF a recolher	7.510	7.236
TOTAL	36.665	7.315

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2025	2024
Salários a pagar	16.311	13.376
FGTS a recolher	2.835	2.677
INSS a recolher	9.067	8.614
Provisão para férias	41.069	23.175
TOTAL	69.282	47.842

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2025	2024
Arrendamento	-	49.550
(-) Juros a incorrer	-	(6.734)
Provisão para pagamento de mudas de cana	-	1.074.103
Financiamento para Capital de Giro	-	5.067.128
Outras obrigações	20	20
Capital a restituir - Acionistas	-	250
TOTAL	20	6.184.317

NOTA 16 – CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa Agroenergia Ivaí S.A. perfaz o montante de R\$ 97.130,00 (noventa e sete mil e cento e trinta reais), divididos em 97.130 (noventa e sete mil e cento e trinta) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) e totalmente integralizado.

	2025			2024		
	Nº ações	R\$	%	Nº ações	R\$	%
Capital Social Integralizado	97.130	97.130	100,00%	97.130	97.130	100,00%
TOTAL	97.130	97.130	100,00%	97.130	97.130	100,00%

NOTA 17 – RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Venda de cana-de-açúcar	35.016.447	32.767.142
Venda de mudas de cana-de-açúcar	715.667	1.931.279
Venda de soja	-	974.228
Venda de trigo	-	74.715
Venda de lenha	1.680.000	-
(-) Impostos incidentes sobre a venda	(158.245)	-
Venda de ativo imobilizado	-	720.581
Outras receitas	98.744	128.062
TOTAL	37.352.613	36.596.007

NOTA 18 – CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS

	2025	2024
Material aplicado	10.261.027	14.605.741
Gastos gerais de produção	17.701.095	21.234.970
Custo dos produtos vendidos	35.252.543	32.896.332
(-) Transferência para o estoque	(27.962.122)	(35.840.712)
TOTAL	35.252.543	32.896.332

NOTA 19 – DESPESAS COM PESSOAL

	2025	2024
Despesas com remunerações	248.815	218.893
Despesas com encargos trabalhistas	160.627	145.771
TOTAL	409.442	364.664

NOTA 20 – DESPESAS OPERACIONAIS

	2025	2024
Honorários	35.901	36.528
Locações de imóveis	42.000	42.000
Outras despesas operacionais	5.938	1.331
TOTAL	83.839	79.859

NOTA 21 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros recebidos	1.463	-
Descontos auferidos	3	48.479
	1.466	48.479
Despesas financeiras		
Juros pagos	(1.481.061)	(2.483.079)
Descontos concedidos	-	-
Varição cambial passiva	-	-
Juros AVP arrendamento	(9.575)	(10.787)
Despesas bancárias	(4.439)	(3.815)
TOTAL	(1.495.076)	(2.497.680)

NOTA 22 – CUSTO DE IMOBILIZADO VENDIDO

	2025	2024
Custo do Imobilizado Vendido	(7.944)	(720.494)
Custo do Imobilizado Baixado	(126.224)	-
TOTAL	(134.169)	(720.494)

NOTA 23 – GESTÃO DE RISCOS

Os principais passivos financeiros da Empresa referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos, e débitos com clientes. Todos ligados diretamente as operações da Empresa.

A Empresa possui contas a receber, créditos com clientes e adiantamentos a fornecedores de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Empresa está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são adiante comentados:

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Empresa, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam.

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Reforma Tributária

Diante da reforma tributária brasileira instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, a Empresa no decorrer de 2025 implementou ações proativas de forma estruturada com foco no atendimento da conformidade legal e mitigação de impactos operacionais.

Dentre as principais ações em andamento, destacamos:

- 1. Capacitação e treinamentos da equipe** com a realização de treinamentos e atualizações periódicas com as áreas envolvidas (fiscal, contábil, financeiro, TI, Comercial e demais áreas impactadas), visando o entendimento das mudanças trazidas pela Reforma Tributária, seus conceitos, regras de transição e impactos práticos nas operações da empresa;
- 2. Preparação e adequação dos sistemas (ERP)** com a avaliação técnica e funcional do ERP e sistemas satélites, em conjunto com fornecedores de tecnologia, para garantir que estejam preparados para atender às novas exigências legais, incluindo ajustes de cadastros, parametrizações fiscais, apuração de tributos, emissão de documentos fiscais e geração de obrigações acessórias;
- 3. Estudos de impactos tributários e operacionais** com realização de análises detalhadas sobre os possíveis impactos da Reforma Tributária nas operações da empresa, considerando aspectos como carga tributária, precificação, margens, fluxo de caixa, créditos tributários e efeitos na empresa;
- 4. Acompanhamento da legislação e regulamentações** através do monitoramento contínuo da evolução da legislação complementar, normas infralegais e orientações dos órgãos competentes, garantindo que as decisões e ajustes internos estejam alinhados com as regras definidas pela Reforma Tributária e;
- 5. Planejamento e governança do projeto** com a estruturação de plano de ação interno, definição de responsáveis, cronograma de atividades e acompanhamento periódico, assegurando uma transição organizada e transparente para o novo modelo tributário.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da empresa com a conformidade regulatória, a gestão responsável e a preparação antecipada frente às mudanças trazidas pela Reforma Tributária, buscando reduzir riscos e aproveitar oportunidades decorrentes do novo cenário tributário.



Jandaia do Sul - PR, 11 de fevereiro de 2026.

Fernando Fernandes Nardine

Presidente

Andréia Missassi de Moura

Contadora

CRC PR-061944/O-6